

**DUALISTAS, UNITÁRIAS E A ESCRITA DA HISTÓRIA: O MODELO DO HOMEM
PROVEDOR NO DEBATE FEMINISTA BRITÂNICO**

**DUALISTAS, UNITÁRIAS Y LA ESCRITURA DE LA HISTORIA: EL MODELO DEL
HOMBRE PROVEEDOR EN EL DEBATE FEMINISTA BRITÁNICO**

**DUALISTS, UNITARIANS AND THE HISTORY WRITING: THE BREADWINNER
MODEL IN THE BRITISH FEMINIST DEBATE**

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v16i3.59145>

Thiago Romão de Alencar¹

Resumo: Nesse artigo, discutiremos como as teorias dualistas e unitárias se refletiram na prática historiográfica a partir da recuperação do debate feminista-marxista sobre o impacto da Revolução Industrial inglesa nas relações de gênero no interior das famílias trabalhadoras. Tal discussão ganhou forma ao debater o modelo do homem provedor, sua relação com o capitalismo industrial e suas consequências sociais, explicitando como as posições dualistas e unitárias se manifestam no fazer historiográfico. As pesquisas apresentadas apontam para explicações multicausais para um fenômeno fundamental para o entendimento do capitalismo como é caso da relação entre Revolução Industrial e opressão às mulheres.

Palavras-chave: Inglaterra. Revolução Industrial. Historiografia. Feminismo. Marxismo.

Resumen: En este artículo discutiremos cómo las teorías dualistas y unitarias se reflejan en la práctica historiográfica a partir de la recuperación del debate feminista-marxista sobre el impacto de la Revolución Industrial inglesa en las relaciones de género en el seno de las familias trabajadoras. Esta discusión tomó forma a partir del debate sobre el modelo del hombre sustentador, su relación con el capitalismo industrial y sus consecuencias sociales, explicando cómo las posiciones dualistas y unitarias se manifiestan en la práctica historiográfica. La investigación presentada apunta a explicaciones multicausales de un fenómeno fundamental para entender el capitalismo, como es la relación entre la Revolución Industrial y la opresión de la mujer.

Palabras clave: Inglaterra. Revolución Industrial. Historiografía. Feminismo. Marxismo.

Abstract: In this article, we will discuss how dualist and unitary theories are reflected in historiographical practice through the recovery of the feminist-Marxist debate on the impact of the English Industrial Revolution on gender relations within working families. This discussion took shape by debating the male breadwinner model, its ties to industrial capitalism and its social consequences, explaining how dualist and unitary positions manifest themselves in historiographical writing. The research presented points to multi-causal explanations for a fundamental phenomenon for understanding capitalism, such as the relationship between the Industrial Revolution and the oppression of women.

Keywords: England. Industrial Revolution. Historiography. Feminism. Marxism.

Introdução

O presente artigo buscará recuperar uma parte do extenso debate entre autores marxistas, autoras feministas radicais e autoras feministas marxistas britânicas e estadunidenses a respeito dos impactos da Revolução Industrial na relação entre os gêneros na sociedade inglesa. A permanência da opressão às mulheres no capitalismo instou pesquisadoras e pesquisadores de diversos marcos teóricos a investigarem suas causas e justificativas, a fim de suplantá-las. As diversas análises colocadas por esse problema político e aqui discutidas nos apresentam elementos que nos permitem escapar das narrativas convencionais a respeito da inserção das mulheres trabalhadoras no processo de industrialização, em especial aquela que diz que mulheres e crianças foram preferidas enquanto força de trabalho em um primeiro estágio da Revolução Industrial, para logo depois serem retiradas do mercado de trabalho em um segundo momento.

Iniciaremos o artigo com uma breve exposição do contexto protoindustrial inglês, especificando a interação entre os gêneros neste período e a sua relação com o nascente capitalismo industrial, ainda assentado na produção doméstica, e atentando para como o processo de subsunção real do trabalho ao capital – que ganhou força com a Revolução Industrial – rompeu com essas bases domésticas e apresentou uma nova configuração social, trazendo complexos desdobramentos para a família trabalhadora. Então nos debruçaremos sobre as leituras feitas desse processo, apresentando as diferentes abordagens historiográficas apoiadas nas perspectivas dualistas e unitárias que caracterizaram o debate feminista a partir dos anos 1960 no Norte global. No caso em tela, o debate se centrou em torno do conceito de “patriarcado” e de sua aplicabilidade histórica, principalmente quando da discussão sobre o modelo do homem provedor e a sua pretensa funcionalidade para o sistema capitalista.

Temas como o papel dos trabalhadores homens na instauração do modelo do homem provedor, as possíveis vantagens a serem extraídas dele pelos atores envolvidos e afetados por ele, sua viabilidade na vida concreta da classe trabalhadora como um todo, o lugar da família proletária no interior do modo de produção capitalista, as opções políticas reais com que se depararam os trabalhadores e trabalhadoras e os impactos dessas escolhas para a própria classe, o papel da burguesia e a influência da estrutura econômica britânica ao longo do século XIX, além das diferenças nas relações de gênero entre os diferentes ramos abordados são alguns dos muitos fatores e causas discutidos. Concluímos apontando os limites de explicações monocausais para um tema tão complexo e central para o entendimento do modo de produção capitalista como a questão da relação entre Revolução Industrial e a opressão às mulheres.

Protoindustrialização e a família como unidade coesa de produção-reprodução-consumo: a tese de Medick²

De início, desde os primeiros sinais de uma revolução industrial na Inglaterra, ainda no fim do século XVIII, era comum que o trabalho em diferentes ramos fosse realizado em parte ou na sua totalidade por todos os integrantes do núcleo familiar de maneira complementar. A ideia do trabalhador homem enquanto chefe de família e provedor único ou principal da renda familiar “certamente *não* era a ideia prevalecente entre os proletários no século XVIII” (SECCOMBE, 1986, p. 58, tradução nossa). Na

economia pré-industrial, cuja produção era basicamente doméstica, “lar e comércio, reprodução social e produção, homens e mulheres, crianças e adultos, se localizavam no mesmo mundo de experiência cotidiana” (LASLETT; BRENNER, 1989, p. 386, tradução nossa).

Em seu trabalho clássico sobre o processo de protoindustrialização na Inglaterra, Hans Medick (1976, p. 296, tradução nossa) aponta “a associação próxima que existiu entre, de um lado, a produção doméstica baseada na economia familiar e, de outro, a organização capitalista da troca, da produção contratada e do comércio das mercadorias”. Segundo o autor, na configuração da economia pré-industrial, esse nascente capitalismo se sustentaria em grande parte na produção doméstica, cujos moldes foram herdados da produção artesã rural e das pressões que esta vinha sofrendo das relações capitalistas de mercado em expansão. A meio caminho da subsunção real do trabalho ao capital, mas ainda detendo o controle dos processos de trabalho e de alguns meios de produção, a família trabalhadora se constituía em um órgão coeso de produção para a sua própria subsistência, mas sempre em tensão com os interesses capitalistas. Nesse contexto, a organização e o ritmo de trabalho próprios dos diversos ofícios organizados em produção familiar podiam ser (e o eram) até certo ponto manejados pela própria família, a depender das conjunturas econômicas mais gerais. Assim, tal estrutura “organiza e combina produção, consumo e reprodução através de relações de trabalho comuns a todos os membros da família” (MEDICK, 1976, p. 299, tradução nossa), tendo por força motriz a subsistência desse núcleo familiar. Tal subsistência, convém dizer, ainda não estava subsumida inteiramente às relações de mercado capitalistas, nem tinha no lucro (burguês) seu imperativo.

Essa configuração teria influências profundas na nova composição familiar, em especial quanto à habilidade dos pretendidos parceiros em um ofício específico, que se tornara o principal fator de escolha para o enlace matrimonial, objetivando assim reforçar e ampliar a capacidade produtiva dessa unidade de trabalho a ser formada com a nova família. Daí o alto índice de “endogamia socioprofissional” (*idem*, p. 304, tradução nossa) entre os tecelões ingleses àquela altura, por exemplo. A persistência dessa composição familiar nesse contexto é comprovada pela fala de um sapateiro doméstico de Northampton do período: “nenhum homem que trabalha sozinho pode viver; ele precisa ter toda a família trabalhando, porque um homem que trabalha sozinho é tão mal pago que mal consegue suprir as necessidades da vida (...). Assim que elas [as crianças] crescem o suficiente para manusear um agulhão, são obrigadas a descer e trabalhar” (citado por MEDICK, 1976, p. 305, tradução nossa).

Dessa maneira, a unidade doméstica em torno da qual se organizava essa produção familiar proto-industrial era caracterizada por um “alto grau de integração funcional e, conseqüentemente, de coesão estrutural” (MEDICK, 1976, p. 310, tradução nossa), graças a necessidade imperiosa de máxima cooperação familiar. Essa necessidade trouxe conseqüências importantes para as relações entre os gêneros no interior do núcleo familiar quanto ao trabalho: como afirma Medick (1976, p. 311, tradução nossa, grifos nossos),

em determinadas condições de mercado e em certos ramos de produção, *esse imperativo poderia chegar ao ponto de apagar a divisão tradicional do trabalho entre os sexos e as faixas etárias. O processo de produção doméstica dos trabalhadores rurais industriais era, portanto, caracterizado por uma alocação mais flexível das responsabilidades dos membros da família* do que no caso dos camponeses (incluindo até mesmo os pequenos camponeses e as classes subcamponesas).

Faltava especialmente a separação do trabalho entre homens e mulheres, que era comum, embora não rigidamente adotada nos lares dos camponeses, em que, via de regra, os homens trabalhavam fora de casa nos campos, enquanto as mulheres se ocupavam com as tarefas domésticas.

Assim, a conclusão a ser aferida das colocações de Medick é a seguinte: não é exatamente o capitalismo que impõe divisões e hierarquias de gênero no mercado de trabalho, haja vista que essas, quando o capitalismo se apoiava, em seus primórdios, na produção familiar doméstica, mostravam-se contraproducentes e careciam de racionalidade econômica para as famílias trabalhadoras que dependiam do trabalho realizado em seus lares para garantirem sua subsistência. Os limites que a correlação de forças entre as classes impunha, o nível tecnológico e a hegemonia ideológica, dentre outros fatores, serviram para manter essa configuração ao longo desse período de transição imediatamente anterior à eclosão do processo que ficou conhecido por Revolução Industrial. Porém, as alterações advindas dessa revolução impactaram tal configuração de maneira decisiva, rompendo com a coesão da produção familiar doméstica, conforme veremos a seguir.

Revolução Industrial, subsunção real do trabalho ao capital e separação das esferas de produção e reprodução: alguns comentários preliminares

O avançar e a disseminação da Revolução Industrial – com suas descobertas tecnológicas em termos de maquinário, seus potenciais ganhos de produtividade e a reorganização dos processos de trabalho que estes impunham – aprofundou a retirada dos trabalhadores dos seus meios de produção e subsistência, e conseqüentemente lhes tomou o controle sobre o próprio processo de trabalho. Para a historiografia clássica, agora o trabalho industrial passaria a estar confinado entre as paredes das modernas fábricas e regulado pelo relógio do pátio em seu novo ambiente de trabalho.

E isso teria conseqüências para as relações entre os gêneros nos lares operários: com a dupla perda – de meios de produção e de subsistência –, sob avançada subsunção real do trabalho ao capital, “as famílias perderam sua capacidade de coordenar tarefas produtivas e reprodutivas” (LASLETT; BRENNER, 1989, p. 389, tradução nossa). A perda de tal capacidade significou a separação irrevogável entre o trabalho de reprodução e o que passou a ser conhecido como “trabalho produtivo”, que seria realizado de forma independente do primeiro. Ao mesmo tempo, a preservação e a reprodução da força de trabalho agora se vinculavam de maneira mais direta às relações de mercado e eram mediadas pela forma-salário, além de serem realizadas cada vez mais de maneira particular e privada no lar.

Sob essa nova configuração, “trabalhar” passou a significar exaustivas horas de labuta em condições insalubres e com salários baixíssimos, onde, em um primeiro momento, mulheres e crianças eram preferidas por seu trabalho tratado como mais barato e por sua pretensa docilidade. Nesse contexto, “os imperativos de produção e de reprodução apareciam em contradição direta um com o outro” (FRASER, 2017, p. 26, tradução nossa), posto que a exploração sobre crianças e mulheres resultou em uma

crise em ao menos dois níveis: uma crise de reprodução social entre os pobres e as classes trabalhadoras, cujas capacidades de sustento e recuperação foram exploradas até um ponto de ruptura; e um pânico moral entre as classes médias, que se escandalizaram com

o que entenderam como a “destruição da família” ou a “dessexualização” da mulher proletária (*idem*, p. 26, tradução nossa).

Essa crise de reprodução social, conjugada às demandas dos trabalhadores por melhores condições de vida e às necessidades do capital em um momento de necessidade de ampliar a produtividade e o consumo no contexto do nascente imperialismo a partir da segunda metade do século XIX, levou à reestruturação das esferas da produção e da reprodução social. O resultado histórico das lutas contraditórias que envolveram esse processo foi a instauração do modelo do homem provedor/mulher dona de casa, onde o homem ficaria responsável pelo trabalho assalariado e o sustento de sua família e a mulher ficaria encarregada do trabalho de reprodução social realizado privadamente, no lar. Intensificaram-se assim noções ideológicas que se baseavam em explicações e justificações de supostas diferenças inatas entre os gêneros e seus papéis sociais, e reforçando explicitamente como tais diferenças transformavam-se em relações de dependência apropriadas para as mulheres, mas não para os homens trabalhadores, que cada vez mais desenvolviam sua militância política a partir do seu papel enquanto trabalhadores assalariados e únicos provedores de suas famílias: em 1875, por exemplo, Henry Broadhurst, secretário do TUC³, declarou que o objetivo do movimento sindical deveria ser “forjar as condições em que esposas e filhas estariam em sua esfera apropriada, em casa, ao invés de serem arrastadas para competirem pela sua subsistência com os homens” (citado por BOSTON, 1980, p. 16, tradução nossa). Salvo raras exceções, essa foi a linha seguida por grande parte dos sindicatos britânicos ao longo de boa parte do século XIX.

O complemento fundamental dessa visão, que firmou tais desigualdades de gênero em bases materiais, foi o surgimento e a consolidação do chamado “salário familiar”, um salário que, ganho pelo trabalhador assalariado inglês do sexo masculino, deveria ser suficiente para garantir os custos de subsistência daquele trabalhador e de seus dependentes não-assalariados – esposa e filhos. A duração de quase um século desse modelo enquanto padrão normativo das relações de gênero na Inglaterra fez com que, a partir desses dois eixos complementares – modelo do homem provedor e salário familiar – se desenrolasse o debate feminista a partir dos anos 1960 na Inglaterra, para o qual nos voltaremos agora.

Revolução Industrial e a opressão às mulheres: a interpretação dualista do modelo do homem provedor

O debate em torno do salário familiar e do modelo do homem provedor se constituiu em um dos pilares, senão o principal impulsionador das discussões políticas e teóricas no interior do movimento feminista britânico a partir dos anos 1960, ganhando força nos anos 1970. A partir dele, feministas radicais e feministas marxistas criticaram a visão economicista indiferente ao gênero da tradição do marxismo ortodoxo em voga nas organizações de esquerda britânicas, teorizando sobre a divisão sexual do trabalho, a origem da opressão às mulheres, e diversas outras temáticas trazidas à tona pelo feminismo.

Grosso modo, o debate se deu entre as teóricas da chamada “teoria dualista”, mais ligadas ao feminismo radical, que apresentavam patriarcado e capitalismo como dois sistemas de dominação em essência independentes, mas que se influenciaram mutuamente em determinados momentos históricos; e

aquelas que, geralmente partindo de uma visão crítica do marxismo de sua época, viam as relações de produção capitalistas e a relação de opressão à que as mulheres estão submetidas de maneira unitária, como parte de uma única e mesma totalidade dialeticamente complexa e contraditória, historicamente determinada. Os importantes debates ocorridos nessa conjuntura serviram para avançar a compreensão de vários aspectos outrora ignorados ou invisibilizados no estudo das relações sociais no capitalismo britânico.

A teoria dualista tem em Heidi Hartmann, economista norte-americana especializada em questões de gênero, sua mais importante representante, e uma consagrada participante do debate britânico que analisaremos neste artigo. Debatendo a questão da opressão das mulheres no capitalismo, a autora teoriza sobre a noção de “patriarcado”⁴ a fim de explicar as práticas sindicais excludentes dos trabalhadores do sexo masculino e o seu cerrar de fileiras em torno do salário familiar. Para a autora,

antes do capitalismo, foi estabelecido um sistema patriarcal no qual os homens controlavam o trabalho das mulheres e das crianças na família e, ao fazê-lo, aprenderam as técnicas de organização e controle hierárquico. Com o advento das separações público-privadas, como as criadas pelo surgimento do aparato estatal e dos sistemas econômicos baseados em trocas mais amplas e unidades de produção maiores [ou seja, com a Revolução Industrial], o problema para os homens passou a ser o de manter o controle sobre a força de trabalho das mulheres. Em outras palavras, um sistema de controle pessoal direto foi traduzido em um sistema de controle indireto e impessoal, mediado por instituições de toda a sociedade (HARTMANN, 1976, p. 138, tradução nossa)

Tais práticas e aprendizados de controle patriarcal se manifestariam de maneira específica no contexto do capitalismo – que para a autora, contém uma tendência “pura” no sentido de “erradicar todas as diferenças arbitrárias de status entre os trabalhadores, para tornar todos os trabalhadores iguais no mercado” (*idem*, p. 139, tradução nossa). Sobre as práticas políticas dos trabalhadores do sexo masculino, Hartmann afirmou que a estratégia masculina envolveu reservar para si a proteção da organização sindical, e para as mulheres e crianças, as legislações protetivas de caráter altamente excludente em termos de gênero, que resultaram por criar um mercado de trabalho altamente segregado entre homens e mulheres. Além disso,

ao invés de lutar por salários iguais para homens e mulheres, os trabalhadores do sexo masculino buscavam o salário familiar, querendo manter os serviços de suas esposas em casa. Na ausência do patriarcado, uma classe trabalhadora unificada poderia ter enfrentado o capitalismo, mas as relações sociais patriarcais dividiram a classe trabalhadora, permitindo que uma parte (homens) fosse comprada à uma parte às custas da outra (mulheres)” (HARTMANN, 1981, p. 21, tradução nossa).

Hartmann conclui afirmando que a estrutura da família nuclear patriarcal, sustentada materialmente agora pelo salário familiar, seria o principal *locus* de opressão das mulheres no capitalismo. O modelo do homem provedor seria o esquema ideal para a exploração das mulheres por parte dos homens, sejam eles provenientes da burguesia ou das classes trabalhadoras.

Dentro dessa perspectiva dualista, os trabalhos de Sonya O. Rose (1987; 1988; 1991) – historiadora norte-americana especializada na história das relações de gênero na Inglaterra industrial – se notabilizaram por prover sustentação documental e historiográfica aos trabalhos por vezes ensaísticos de Hartmann. Para Rose, é a interação entre conflitos de classe e antagonismos de gênero – duas forças motivadoras independentes mas mutuamente influenciáveis, segundo a autora – que explica as opções políticas dos trabalhadores britânicos na era vitoriana. Segundo a autora, o reconhecimento das mulheres

como força de trabalho de valor inferior ao dos homens desde o período pré-capitalista e a utilização das primeiras como forma de barateamento de custos por parte da burguesia, além da reformulação dos processos de trabalho a fim de fragmentar tarefas antes masculinas – tornando-as assim mais simples, baratas e femininas –, teve por resultado a reação da fração masculina da classe trabalhadora no sentido de impedir o avanço desses processos, objetivando a manutenção do seu padrão de vida enquanto artesãos dotados de uma habilidade específica⁵, mesmo que para isso precisassem excluir mulheres do mercado de trabalho.

Assim, para a autora, a relação entre antagonismo de gênero e conflitos de classe se materializou quando o avanço do capitalismo e da subsunção real do trabalho ao capital enfraqueceu o poder de barganha desses trabalhadores – notadamente os especializados, oriundos dos ramos mais organizados e de tradição artesanal anterior –, minando seu potencial de provedores principais de suas famílias e administradores/gerenciadores do trabalho realizado em conjunto por todos os membros da família durante o período de produção doméstica, o que atingia a identidade desses homens enquanto trabalhadores em seu núcleo fundamental. Todos esses fatores são indícios de que “havia conexões entre o status do trabalhador qualificado no trabalho e seu papel na família, o que pode ser importante para entender o antagonismo de gênero e as práticas de exclusão” (ROSE, 1988, p.195, tradução nossa). Portanto, é a competição capitalista, que coloca frente a frente, pela primeira vez, homens e mulheres. A consequência de tal processo é uma determinada resposta dos trabalhadores no intuito de preservar seu status de trabalhadores qualificados, objetivando com isso barrar a expansão das relações de produção capitalistas, procurando manter seu domínio do processo de trabalho. Tal resposta envolvia questões de gênero muito claras.

Sobre essa questão da identidade dos trabalhadores e a sua relação com a masculinidade, uma importante contribuição é a de Keith McClelland (1989): procurando romper com a ideia de que questões de gênero seriam concernentes exclusivamente às mulheres e à construção da feminilidade, o autor se volta para o estudo da construção da masculinidade operária, identificando no artesão especializado o arquétipo do homem trabalhador, herdeiro e detentor de um saber de ofício secular que o permitiria ter certa independência de classe perante o capital em certos momentos, além de o alimentar com uma visão de mundo que colocava o seu trabalho e os frutos deste no centro de sua relação com a burguesia e com os membros de sua própria família. Neste sentido, sua própria militância era inspirada por esses fatores: para esses artesãos especializados, “a defesa do seu emprego e do seu ofício era central para a sua economia moral” (MCLELLAND, 1989, p. 170, tradução nossa), e “a capacidade de manter sua posição de homens independentes era função indispensável da organização coletiva, primeiramente e de maneira crescente, nos sindicatos formais” (idem, p. 171, tradução nossa). Tal independência envolvia principalmente a possibilidade de livre dispor de sua força de trabalho, certo grau de liberdade na regulação e no exercício de seu ofício e ausência da necessidade de recorrer à caridade para manter a si e aos seus dependentes⁶. Dito em outras palavras, essa independência nada mais era do que a busca por “respeitabilidade”⁷ entre os seus pares – uma respeitabilidade baseada em distinções de gênero –, e passou a determinar boa parte das opções políticas e das bandeiras militantes dos trabalhadores organizados.

No entanto, o autor reconhece como esses trabalhadores representavam apenas uma fração da classe trabalhadora, ainda que uma fundamental para o desenvolvimento político da classe como um todo e, porque não, do próprio Estado-nação britânico, tendo contribuído decisivamente para

o estabelecimento de um sindicalismo mais seguro e visível, embora *confinado a uma minoria de trabalhadores*; a expansão dos recursos e dos membros das sociedades cooperativas e de amizade e outros meios de segurança coletiva; a conquista da “cidadania” por uma minoria significativa de *homens* da classe trabalhadora em 1867; a nova legitimidade da classe trabalhadora e de suas instituições tanto na sociedade civil quanto no Estado (MCCLELLAND, 1989, p. 164, tradução nossa, grifos nossos).

Seguindo com Rose, vemos que, para a autora, por mais que seja a exploração dos meios de produção e reprodução por parte da burguesia a causadora da resposta dos trabalhadores – ambas específicas do modo de produção capitalista –, tanto essa exploração como a reação dos trabalhadores se deu, via de regra, sob contornos de gênero. Apesar de ressaltar, como já vimos, que trabalhadoras do sexo feminino desde os tempos pré-capitalistas já eram tomadas socialmente como trabalhadoras que naturalmente deveriam receber salários menores que os homens⁸, a própria Rose reconhece que: a) isso acontecia em grande parte graças a uma segregação característica dos ramos mais especializados e mais bem pagos dominados pelas corporações de ofício, que excluía mulheres de seus quadros; b) apesar de geralmente serem alocadas em ramos e funções mais facilmente conjugáveis com tarefas domésticas, seu trabalho ainda era visto como importante e necessário à reprodução de sua família como um todo.

Sobre o segundo ponto, a autora traz diversos dados para mostrar como a ideia do homem como o provedor fundamental ou único de sua família fora aceita apenas gradualmente ao longo da segunda metade do século XIX. Ainda assim, essa ideia

provavelmente não era uma expectativa reconhecida por muitos homens da classe trabalhadora até bem depois da metade do século XIX. Ser o chefe de família e um trabalhador qualificado certamente significava valorizar a própria independência individual, mas, antes da transformação industrial, é improvável que se esperasse que os homens assumissem o ônus total da responsabilidade econômica por suas famílias durante todo o ciclo de vida familiar. A segurança salarial e de emprego não caracterizava a maioria dos ofícios especializados na primeira metade do século XIX (ROSE, 1988, p. 202, tradução nossa).

Sobre o primeiro ponto, a autora apenas o menciona incidentalmente, retendo de sua afirmação o fato de que, por conta da dominação patriarcal, “mulheres já eram consideradas trabalhadoras baratas e não-qualificadas antes da transformação industrial” (*idem*, p. 197, tradução nossa). O resultado disso era que, até o período pré-capitalista, homens e mulheres não competiam pelos mesmos postos de trabalho: na maioria das vezes, desempenhavam tarefas complementares dentro do mesmo ramo, com as funções de melhor remuneração e vistas como mais complexas sendo ocupadas por homens.

É a disseminação da industrialização e a subsunção real do trabalho ao capital que rompe com essa estruturação do trabalho dos períodos anteriores. Na antiga produção familiar do período pré-industrial, em geral era o homem quem gerenciava a produção e quem recebia o salário do trabalho de toda a família. No geral, as mulheres e filhas faziam tarefas de acabamento e que tomassem menos tempo, para poder conjugar esse trabalho com as tarefas domésticas, como já vimos, enquanto aos filhos cabia o papel de aprendizes e futuros herdeiros daquele saber de ofício. Foi essa capacidade de gerenciamento das funções

familiares no processo de trabalho que foi erodida pela industrialização. Agora, sob o regime fabril, o gerenciamento e o remodelamento das tarefas era encargo dos funcionários da burguesia, guiados pelos imperativos de valorização do capital.

Para Rose, portanto, foram as relações de produção do capitalismo industrial que introduziram novas situações de conflito entre trabalhadores de ambos os gêneros, principalmente ao se utilizar da força de trabalho feminina para baratear os custos de produção, seja via redução salarial direta, seja via “feminização” de etapas do processo de trabalho, com a sucessiva simplificação de tarefas e a introdução de maquinário, que resultaram na concorrência direta entre homens e mulheres pelos mesmos postos de trabalho que agora demandavam menor esforço físico e menor habilidade técnica – com nítida vantagem para as últimas, pelo seu salário ser socialmente aceito como mais baixo. Nesse contexto, a já comentada *reação* dos trabalhadores a essa ofensiva burguesia também teria sido motivada por uma masculinidade operária cujo principal mote, a partir da segunda metade do século XIX, era a exclusão das mulheres da esfera produtiva assalariada e a sua reclusão na esfera reprodutiva, doméstica. É a incorporação dessa masculinidade, mediada pela noção de “respeitabilidade” que, para Rose, ajuda a entender as posições assumidas pelos trabalhadores nesses processos, que resultaram no fato de que, como afirma Barbara Taylor, “a esposa assalariada, antes vista como a norma em todos os lares da classe trabalhadora, havia se tornado um sintoma e um símbolo da degradação masculina” (TAYLOR, 1983, p. 111, tradução nossa).

Atacados enquanto maridos – pois não mais coordenavam as tarefas produtivas em sua unidade de produção familiar, nem podiam mais transmitir aos seus herdeiros o seu saber de ofício, agora ameaçado de entrar em extinção com as alterações no processo produtivo – e enquanto trabalhadores detentores de um saber, os homens da classe trabalhadora reagiram em um movimento que visava contrapor simultaneamente essas duas frentes. Daí a adesão a posições cada vez mais excludentes com relação às mulheres de tudo que envolvia o mundo do trabalho. Essa é, via de regra, a posição das autoras que adotam uma análise dualista da problemática em questão, com alterações pontuais de acordo com a especificidade do ramo industrial analisado, mas sem abandonar os fundamentos essenciais dessa posição, notadamente o conceito de “patriarcado”. Vejamos agora como as feministas que adotaram a perspectiva unitária abordaram essas questões. Como ficará explícito, estas estiveram longe de concordarem entre si, apresentando diversas propostas para tentar equacionar os limites identificados tanto na abordagem dualista, como na própria abordagem marxista tradicional de seu contexto.

Revolução Industrial e a opressão às mulheres: a abordagem unitária do modelo do homem provedor.

Jane Humphries (1977) foi uma das primeiras a se empenhar em responder a tese de Hartmann, trazendo uma abordagem inovadora e polêmica a respeito das relações de gênero no interior da família proletária sob o capitalismo. A autora visa contrapor as três principais interpretações em voga sobre o tema: a) a interpretação de Hartmann – que, como vimos, apontava na existência da família proletária sob o modelo do homem provedor o resultado de um acordo tácito entre homens burgueses e trabalhadores –;

b) as teses que viam a existência da família nuclear sob o capitalismo a partir de uma visão funcionalista que apontava os ganhos para o capital proporcionados por essa instituição; e c) a abordagem que tratava a família como um resquício de tradições feudais que facilmente desmanchariam no ar com o capitalismo Humphries argumentou que a resiliência da família nesses moldes derivaria, na verdade, “da defesa dos trabalhadores de uma instituição que afeta seu padrão de vida, sua coesão de classe e sua capacidade de manter a luta de classes” (HUMPHRIES, 1977, p. 241, tradução nossa).

Inspirada em Medick, Humphries interpreta a família proletária como uma instituição que “foi moldada pela aspiração das pessoas por métodos personalizados e não-mercantis de distribuição e interação social” (*idem*, p. 250, tradução nossa). Dessa maneira, para a autora, nas condições materiais e políticas de sua época, os trabalhadores teriam avaliado que “a retirada de alguns membros da família da força de trabalho [no caso, as mulheres], em conjunto com uma tentativa organizada de garantir um ‘salário familiar’, elevaria o padrão de vida da classe trabalhadora [como um todo]” (*idem*, p. 252, tradução nossa). Tal argumento, como se vê, vale tanto para a questão do salário familiar, como para a questão das chamadas “legislações protetivas”, as leis trabalhistas que passaram a regular o mercado de trabalho britânico⁹. Humphries vê no apoio dos trabalhadores tanto ao salário familiar como às legislações trabalhistas estratégias para evitar a queda no valor da força de trabalho, já que mulheres estavam recebendo menores salários e frequentemente eram utilizadas como fura-greves. Tal estratégia também acabaria por beneficiar indiretamente as mulheres, já que estas também integravam a classe trabalhadora, apesar da autora reconhecer o sexismo contido nessas medidas.

Por fim, Humphries também atenta para o papel socializador e radicalizador da família proletária, que não serviria apenas para inculcar valores patriarcais conservadores dominantes: a autora menciona trabalhadores que herdaram tradições militantes de seus antepassados. Além disso, afirma que “as responsabilidades familiares nem sempre disciplinavam os trabalhadores, mas às vezes promoviam sua radicalização. A experiência de ver o sofrimento e a opressão de suas famílias poderia instigar uma ação de classe” (HUMPHRIES, 1977, p. 255, tradução nossa). Isso valeria tanto para homens como para mulheres, como se vê nos motins de fome protagonizados por mulheres mencionados pela autora.

Michèle Barrett e Mary McIntosh responderam diretamente à Humphries no artigo “The ‘Family Wage’: Some Problems for Socialists and Feminists”, onde buscaram rebater as três teses principais da autora: a ideia da família enquanto forma não-degradante e não-mercantil de autoproteção; o papel da família no controle da oferta e do valor de força de trabalho; e a ideia da família enquanto correia de transmissão de tradições militantes e local de desenvolvimento da consciência de classe. As autoras então elaboram três teses em oposição às teses de Humphries.

A primeira tese afirma que o sistema de salário familiar na verdade “reforçaria a dependência e a opressão de todas as mulheres e sujeitaria as mulheres solteiras, especialmente as mães, à pobreza extrema” (*idem*, p. 59, tradução nossa). Para Barrett e McIntosh, a ideia do salário familiar para trabalhadores afetaria negativamente os salários de todas as mulheres, fixando estruturalmente salários mais baixos para elas, o que no caso de mulheres solteiras e viúvas se torna ainda mais dramático. Conectando a questão às demandas do movimento feminista de sua época, Barrett e McIntosh (*idem*, p. 62, tradução nossa) argumentaram que

se a demanda [pelo salário familiar] fosse realmente atendida e as mulheres casadas não tivessem mais um emprego remunerado, os casais possivelmente estariam numa situação um pouco melhor em termos puramente financeiros; mas as mulheres não necessariamente receberiam sua parte e, se recebessem, seria em condições de subordinação aos maridos. E as mulheres solteiras, especialmente as mães, estariam em grande desvantagem econômica. Portanto, se os homens da classe trabalhadora lutam por um salário familiar, eles o fazem em oposição a uma das demandas centrais do movimento de liberação das mulheres e contra os interesses das mulheres da classe trabalhadora.

A segunda tese das autoras afirma que o salário familiar “não necessariamente aumentaria o valor da força de trabalho, e a aceitação do princípio do salário familiar tendeu historicamente a reduzir o padrão de vida da classe trabalhadora como um todo” (*idem*, p. 63, tradução nossa). Para as autoras, o controle capitalista dos meios de produção colocava limites bem claros a esse poder de manejo da oferta da força de trabalho por parte da classe trabalhadora apontado por Humphries: tal prática excludente “teve um sucesso limitado na redução da concorrência das mulheres trabalhadoras nos setores da classe trabalhadora que conseguiram definir seu trabalho como qualificado, mas, em períodos de alto desemprego, oferece ao capital uma força de trabalho mais barata e, em períodos de pleno emprego, milita contra o aumento dos salários ao permitir que mais trabalhadores sejam atraídos” (*idem*, p. 66, tradução nossa). Assim, o aumento do valor da força de trabalho seria resultado de lutas diretas em torno do padrão de vida, e não através de táticas que reforcem a dependência das trabalhadoras.

Por fim, as autoras apontam que, na verdade, o salário familiar divide e enfraquece a classe trabalhadora, estabelecendo hierarquias entre indivíduos assalariados e indivíduos dependentes, tornando aceitável “o princípio de que a obrigação de sustentar os membros não trabalhadores da classe trabalhadora deve recair sobre os ombros dos indivíduos que trabalham, em vez de ser assumida pelo excedente capitalista” (*idem*, p. 68, tradução nossa). Além disso, as autoras apontam o fato fundamental de que “a crença de que ele [o salário familiar] é adequado, ou de que poderia ser aperfeiçoado aumentando-se apenas os salários dos homens, apenas mascara o fato de que o sistema salarial capitalista nunca poderá atender às necessidades da classe trabalhadora” (*idem*, p. 68, tradução nossa, grifos nossos).

Wally Secombe (1986, p. 55, tradução nossa) se insere no debate interpretando a luta pelo salário familiar e o apoio ao modelo do homem provedor como o “resultado de uma luta em que um movimento trabalhista cada vez mais conservador, após a derrota do Cartismo e do socialismo owenista, reagiu de forma excludente à ameaça real que o emprego em massa de mulheres como força de trabalho barata representava para a segurança do emprego e para os níveis salariais dos trabalhadores especializados”. O autor vê na individualização do salário característica do capitalismo industrial um marco nesse processo e um desdobramento inevitável das relações de produção capitalistas, mas aponta que a instauração do modelo do homem provedor não deve ser interpretada como algo natural e inevitável desse salário individualizado. Outras respostas e reações eram possíveis, e aconteceram.

O autor então estuda cinco ramos em processo de industrialização e a sua potencial relação com o ideal do homem provedor: agricultura, mineração, as primeiras manufaturas têxteis, as protoindústrias domésticas rurais em sistema de produção familiar e alguns ofícios de artesãos especializados, mostrando, assim como vimos anteriormente em Medick, que, nos quatro primeiros, “era amplamente observado que

nenhum trabalhador se casaria com uma mulher que fosse economicamente dependente. Com a disseminação do sistema fabril, os trabalhadores reclamavam que ele tirava o trabalho remunerado das mulheres em casa” (SECCOMBE, 1986, p. 65, tradução nossa). Para Seccombe, apenas os ramos artesanais especializados reuniam condições específicas para o desenvolvimento da ideologia do homem provedor, graças às suas organizações internas específicas e a maneira como o processo de trabalho nesses ramos foi afetado pela industrialização: esta, aliada à individualização dos salários, teria rompido com a produção doméstica e seu regime de cooperação familiar, e agora a competição aberta entre homens e mulheres instaurada pelo capital pelos mesmos postos de trabalho permitia aos capitalistas reduzirem os salários gerais se utilizando da força de trabalho feminina e infantil. Como aponta o autor, o impulso das corporações de ofício – antecessoras dos sindicatos –, impossibilitadas de exercerem controle sobre os meios de produção e o processo de trabalho, foi no sentido de exercer certo controle sobre o influxo de força de trabalho feminina como forma de manter o valor da força de trabalho em níveis “masculinos”, o que, para Seccombe (1986, p. 68, tradução nossa), era “duplamente divisionista. Dividiu os interesses das mulheres trabalhadoras e dos homens e separou os trabalhadores pobres não organizados das fileiras organizadas e mais bem remuneradas das profissões especializadas.”

No entanto, demonstrando a complexidade da questão, estudos posteriores mostraram que até essa posição a respeito dos artesãos especializados deve ser matizada: o trabalho de Anna Clark (1997, p. 121, tradução nossa) mostrou como, em muitos ramos, os artesãos “desejavam manter as mulheres fora de seus ofícios qualificados e bem remunerados, mas não fora do trabalho remunerado por completo; eles apenas afirmavam que seus próprios empregos eram de sua propriedade e que as mulheres não mereciam a honra do status de artesãos”. No entanto, a participação das mulheres no mercado de trabalho era na maioria das vezes essencial para esses artesãos, e em um contexto de intensa proletarização e avanço progressivo das relações capitalistas e da industrialização – que rompia cada vez mais os laços de organização e coesão interna da produção nas corporações artesanais –, a exclusão total dessas mulheres poderia significar a criação de “um contingente de mão de obra feminina com baixos salários que os empregadores estavam ansiosos para explorar como substitutos de trabalhadores qualificados” (*idem*, p. 121, tradução nossa)¹⁰.

Gita Sen (1980) buscou uma improvável síntese entre as posições apresentadas acima, trazendo importantes contribuições para o debate. Dois pontos de sua argumentação merecem destaque: a) o problema da “opção” dos trabalhadores por estratégias excludentes, e b) a questão da estrutura da família proletária e a aplicação do modelo do homem provedor na realidade concreta da classe como um todo. Quanto ao primeiro, Sen lembra que o movimento sindical inglês não tinha força política suficiente naquele contexto para sair vitorioso caso optasse pela estratégia advogada por Hartmann¹¹. Para a autora,

o caminho escolhido pelos sindicatos pode ter sido um sintoma de sua fraqueza diante de um grande e crescente exército de reserva de desempregados e miseráveis. Em tal fase de industrialização (...), os sindicatos que trabalhavam com questões bastante restritas de salários e condições de trabalho foram mantidos sob controle e severamente disciplinados pela existência do exército de reserva (SEN, 1980, p. 80, tradução nossa).

Quanto às estruturas familiares, Sen (*idem*, p. 81, tradução nossa, grifos nossos) faz a importante ressalva de que

a divisão do trabalho que surge no início da industrialização capitalista se baseia não apenas no sexo, mas também no estado civil e na condição de mãe das mulheres. O padrão típico (...) é muito mais complexo do que o sugerido pela visão de que as mulheres foram inicialmente atraídas para fora de casa e para o trabalho assalariado, apenas para que isso fosse seguido historicamente pelo retorno ao lar e ao trabalho doméstico. *O padrão do trabalho assalariado das mulheres também varia entre os diferentes estratos da classe trabalhadora, sendo que a participação das mulheres na força de trabalho é maior nas famílias mais pobres.*

Começamos pelo primeiro ponto: nele, Sen ressalta as limitações estruturais a que os trabalhadores estavam submetidos em suas militâncias, contrastando com a argumentação de Hartmann apontada na seção anterior. Desenvolvendo esse argumento, McClelland (1989, p. 168, tradução nossa, grifo nosso) aponta que,

se estiver claro que as mulheres, de modo geral, foram excluídas de ocupações inteiras ou restringidas a empregos mal remunerados e de baixo status em determinados ofícios, *não há um único fator, como as políticas de exclusão dos sindicatos, que sirva para todos os casos.* A determinação das diferenças de gênero no emprego remunerado certamente inclui as estratégias dos empregadores, a fraqueza e a força relativas de homens e mulheres no mercado de trabalho e nos lares, a força relativa das organizações de trabalhadores, as pressuposições culturais sobre os trabalhos que homens e mulheres deveriam realizar e a transmissão de conhecimento e treinamento necessários para determinados tipos de trabalho. O equilíbrio entre esses elementos variava entre as diferentes situações.

No esteio desse argumento, Ellen Jordan (1989, 1999) foi uma das autoras que procurou ir além da explicação dualista convencional a respeito da relação entre capitalismo e patriarcado, procurando uma síntese entre estudos localizados de ramos específicos e investigações que propunham uma explicação mais estrutural do processo. Para a autora, a segmentação por gênero no mercado de trabalho deveria ser analisada levando-se em conta também as atitudes burguesas com relação ao trabalho feminino e a história específica dos determinados ramos da indústria. Ao fazer isso, Jordan chega a interessantes conclusões a respeito do assunto, sendo a principal delas a ideia de que as divisões de trabalho tradicionais oriundas da indústria doméstica continuaram atuando sob a organização industrial – mantendo as mulheres nas funções que elas já atuavam antes da Revolução Industrial – nos ramos que passaram por alterações graduais e negociadas no seu processo de trabalho, ramos onde sistemas de contrato terceirizado, contrato por peças ou empreitada era a tônica (como na fiação de algodão e de lã, a fabricação de vestidos e artigos têxteis em geral, a produção de artigos pequenos de metal e a mineração rasa). Por outro lado, nos setores inteiramente reorganizados ou surgidos a partir da segunda metade do século XIX (como a mineração profunda, a indústria de gás e eletricidade, e os setores símbolo da segunda fase do industrialismo britânico – ferrovias, siderurgia e metalurgia), a participação feminina na força de trabalho sofreu decréscimo considerável, ou foi praticamente inexistente desde o seu surgimento.

O caso do setor ferroviário é sintomático quanto a isso, contradizendo alguns dos argumentos apresentados anteriormente por Rose: mesmo com o costume de salários femininos menores que os masculinos, poucas mulheres foram contratadas nesse ramo, um setor novo, onde o sindicalismo só iria ganhar força e importância indiscutível a partir de fins do século XIX. Por outro lado, os setores onde as mulheres já estavam estabelecidas desde antes do século XIX, ainda que tenham passado por uma estagnação relativa frente aos novos setores em crescimento na segunda metade do século XIX¹²,

continuaram empregando mulheres em uma média até maior do que no período anterior, mesmo quando se tinha registrado crescimento da taxa de sindicalização naquele setor.

Para Jordan, portanto, nem as vantagens comparativas em termos de custo dos salários femininos, nem a pressão de sindicatos majoritariamente masculinos, são explicações que devem ser generalizadas para se entender a configuração altamente segregada e hierárquica em termos de gênero que o mercado de trabalho na Inglaterra assumiu com o avanço da Revolução Industrial. Além disso, nem a ideologia do homem provedor/mulher dona de casa serviria como explicação principal para a questão, haja vista o padrão já apontado aqui: ao longo do período compreendido entre 1851 e 1911, mulheres continuaram formando 1/3 da força de trabalho, ao mesmo tempo em que 1/3 de todas as mulheres estavam empregadas (JORDAN, 1989, p. 280).

Para a autora, a importância dessa ideologia da domesticidade tem muito a ver com o estágio e a profundidade da reorganização da produção fabril britânica em bases industriais, o que explicaria a exclusão de mulheres de certos ramos e sua permanência em outros, muitos desses envolvendo trabalho sujo e pesado como o trabalho em equipes na agricultura, nas minas rasas e em algumas indústrias de artigos metálicos. Essa ideologia da domesticidade, para Jordan (*idem*, p. 289, tradução nossa), “ao transmitir aos empregadores em potencial uma visão das mulheres como confinadas ao lar, pode ter dado a eles uma visão androcêntrica da força de trabalho”. Assim, nos setores surgidos no século XIX, onde não havia força de trabalho nem qualquer tipo de divisão do trabalho pré-industrial, “a concepção dos empregadores de que o lugar da mulher era em casa significava que eles consideravam apenas os homens como possíveis empregados” (*idem*, p. 289, tradução nossa). Isso porque,

nos grandes setores, organizados de forma centralizada e altamente capitalizados, foram desenvolvidas novas técnicas de gerenciamento que não se baseavam no trabalho familiar, de modo que os empregadores, que não enfrentavam uma divisão sexual do trabalho já estabelecida, consideravam apenas os homens ao definir as tarefas de trabalho e recrutar sua força de trabalho (*idem*, p. 294, tradução nossa).

Uma última argumentação que vale a pena ser retomada é a de Barbara Taylor (1979; 1983). Em sua pesquisa sobre o movimento owenista e a sua principal base militante no setor da alfaiataria e da costura, Taylor nos mostra como esse movimento – surgido ainda nos primórdios do capitalismo industrial de maneira orgânica no seio da classe trabalhadora à meio caminho da Revolução Industrial – guardou interessantes características que não manteriam a mesma centralidade nos movimentos posteriores, sendo a principal delas a luta pela “abolição de todas as relações de poder e subordinação: capitalista para trabalhador, mas também pai para filho, idoso para jovem e, acima de tudo, homem para mulher” (TAYLOR, 1979, p. 9, tradução nossa). Herdando tradições militantes e simbólicas dos democratas radicais e do feminismo britânico do século XVIII, e tendo em seu centro “um conceito de igualdade muito mais concreto e revolucionário, baseado na eliminação das fontes materiais e ideológicas da hierarquia social” (*idem*, p. 11, tradução nossa), o movimento teve um amplo leque de temas discutidos, “desde o cuidado coletivo com as crianças nas novas comunidades até a evidência frenológica da superioridade mental inata das mulheres em relação aos homens” (*idem*, p. 11, tradução nossa). Atentando para a sua difusão no estrato dos trabalhadores qualificados – como alfaiates, sapateiros, tanoeiros, tecelões de seda, rendeirias, fabricantes

de abotoaduras –, a autora nos mostra como uma parcela desses trabalhadores se desiluiu com os métodos cartistas após a promulgação da Lei de Reforma Eleitoral de 1832 e encampou o movimento owenista ao longo das próximas duas décadas, com uma marcante participação feminina no tocante às reivindicações do movimento, propondo reformas, apresentando sua visão das relações de trabalho e entre os gêneros e demonstrando uma possível e necessária interação orgânica entre socialismo (utópico) e feminismo.

A conclusão de Taylor é fundamental para o que estamos discutindo aqui: ao apresentar um movimento de trabalhadores e trabalhadoras que demonstram plena consciência da relação entre opressão de gênero e exploração capitalista na prática e no cotidiano de suas vidas, a autora contradiz o argumento dualista a respeito de uma opressão patriarcal supostamente inata aos homens trabalhadores. Taylor reconhece como a concorrência capitalista desestabiliza as relações de gênero no mundo do trabalho, ao mesmo tempo em que mostra como, nos ramos em que estudou, não havia concordância possível entre trabalhadores e patrões em bases patriarcais: pelo contrário, para os trabalhadores ficou claro desde o início que o uso da força de trabalho feminina beneficiava aos capitalistas em seu esforço por assumir o controle dos processos de trabalho, simplificando-os e reduzindo os salários – em suma, para assegurar a subsunção real do trabalho ao capital. Mas a opção desses trabalhadores envolveu uma abordagem unitária entre opressões de gênero e exploração capitalista, buscando a abolição de ambos em conjunto.

Se a questão das táticas excludentes em termos de gênero por parte dos trabalhadores deve ser vista com cautela, evitando-se universalizá-la para todos os ramos profissionais e procurando abordagens multicausais para um processo extremamente complexo e contraditório, a mesma cautela deve ser utilizada quanto ao segundo ponto abordado por Sen: a questão da variação do padrão do trabalho e empregabilidade das mulheres de acordo com o estrato da classe trabalhadora a que pertenciam. Em outras palavras, a questão da viabilidade concreta do modelo do homem provedor para toda a classe trabalhadora.

Sen traz aqui um aspecto importante, replicado por outras autoras de maneira direta ou indireta. Para essas autoras, na verdade, o modelo do homem provedor nunca de fato se aplicou na realidade concreta da classe trabalhadora como um todo, devendo ser visto mais como um ideal inspirador de demandas e organizações dos trabalhadores do sexo masculino, em especial daqueles empregados em melhores postos nos ramos mais importantes da economia¹³.

É isso o que leva Land (1980) a afirmar que essa ideia do salário familiar não passava de um mito: porque “essa noção não servia como uma descrição acurada dos meios pelos quais a classe trabalhadora tem sido mantida e reproduzida” (Barrett e McIntosh, 1980, p. 57, tradução nossa). Apenas uma diminuta parcela de trabalhadores ingleses conseguiu de fato alcançar postos em que recebiam salários compatíveis com esse ideal¹⁴. Em média, o salário dos homens trabalhadores correspondia a 70% da renda total necessária para a subsistência de sua família na virada do século XIX (*idem*, p. 60). O restante provinha de trabalhos realizados pelas mulheres, que se dividiam entre trabalhos que mimetizavam suas tarefas domésticas, como o trabalho de babá, passadeiras, arrumadeiras, faxineiras – trabalhos esse que pararam de constar nas estatísticas e censos oficiais, o que torna o mapeamento desses algo extremamente complexo (*idem*, p. 60)¹⁵; o trabalho precário realizado no geral em *sweat shops*, indústrias de baixo capital constante, caracterizadas por condições

insalubres e trabalho intensivo; ou, por fim, o trabalho complementar àquele de seus maridos em ramos como o de sapateiros, padeiros, açougueiros, estalajadeiros ou lojistas.

Sobre o tema, um trabalho fundamental é o de Sally Alexander (1976). Estudando o trabalho feminino em Londres entre as décadas de 1820 e 1850, a autora aponta a ampla e diversificada gama de ramos em que as mulheres se inseriram, bem como sua indeterminação, casualidade e irregularidade, que atravessaram toda a vida produtiva dessas mulheres, mostrando como elas muitas vezes se alternavam entre os três grupos de trabalho descritos no parágrafo anterior, sempre optando por aquele que melhor se conjugava com suas tarefas domésticas habituais nas diversas fases de sua vida. A peculiaridade do mercado de trabalho londrino também exercia influência fundamental nessa configuração do trabalho feminino: casual, de produção sazonal, influenciado por demandas externas, setorizado e segregado espacialmente, convivendo com um forte processo migratório, propenso a crises recorrentes que cada vez mais intensificavam a pauperização característica da capital, conforme clássico estudo de Gareth Stedman Jones (2013).

Estendendo a tese de Alexander para a segunda metade do século XIX, Ellen Ross (1982), a partir de fontes primárias como autobiografias, baladas populares e processos criminais, pinta um quadro detalhado das relações familiares nos lares londrinos, mostrando como o modelo do homem provedor era uma realidade distante dessas famílias. Focando seu estudo na região do *East End* e arredores, conhecida pela grande presença de imigrantes de mais variadas origens, a autora também nos permite inferir uma outra conclusão, ausente em seu trabalho: a virtual exclusão de trabalhadores racializados, como os imigrantes irlandeses, judeus e de outras origens, do modelo do homem provedor¹⁶. Como afirma a autora, sem citar esse aspecto por nós apontado, referindo-se a ideologia patriarcal da era vitoriana:

a base econômica do poder masculino era altamente precária para talvez até metade dos trabalhadores casados de Londres. Uma grande parte dos empregos em Londres estava no setor secundário – subcapitalizado, de pequena escala, inseguro e não muito lucrativo. Apenas cerca de um sexto da força de trabalho adulta de Londres estava empregada em fábricas na década de 1890. Cerca de 25% dos trabalhadores adultos do sexo masculino não eram qualificados. Os setores de construção, vestuário, calçados, móveis e docas eram sazonais; quedas no comércio, doenças ou ferimentos podiam deixar um homem dependente de sua família para sobreviver. Os maridos deveriam “manter” suas famílias, mas todos sabiam que, na realidade, eles fracassavam com frequência. Poucos trabalhadores conseguiam prover a própria velhice ou a de suas esposas. Portanto, contava-se com a contribuição salarial dos filhos, e as esposas serviriam como arrimo de família em algum momento do ciclo de vida da maioria das famílias. Em todos os momentos, a habilidade e a energia das esposas constituíam a única barreira real entre a mera sobrevivência e um nível decente de conforto (ROSS, 1982, p. 576, tradução nossa).

Como se vê, dificilmente é possível analisarmos de maneira adequada o cotidiano e as vivências da grande maioria das famílias de trabalhadores do período através das lentes do modelo do homem provedor, principalmente se olharmos para a classe de maneira racializada¹⁷. A dura realidade na principal metrópole do centro do capitalismo mundial desmanchava no ar qualquer esboço de idealismo reformista burguês a respeito do modelo do homem provedor: a descrição do jornalista Jack London em 1902 a respeito do mesmo *East End* já citado anteriormente é singular quanto a isso:

Não há espetáculo mais deprimente nesta terra do que o que se encontra no “horível leste”, onde ficam Whitechapel, Hoxton, Spitalfields, Bethnal Green, Wapping e East

India Docks. A cor da vida é cinzenta e sombria. Tudo é sem solução, sem esperança, inexorável, sujo. Banheiras são algo completamente desconhecido, tão míticas quanto a ambrosia dos deuses. As próprias pessoas são sujas e qualquer tentativa de asseio se torna uma farsa gritante, quando não trágica e digna de pena. Cheiros estranhos, errados, chegam com o vento gorduroso e a chuva, quando cai, se parece mais com gordura do que com água do céu. Mesmo os paralelepípedos estão empastados de gordura. (...)

A frase que diz que a casa de todo inglês é seu castelo costumava ser motivo de orgulho. Mas hoje ela é um anacronismo. *Os moradores do gueto não têm casas. Não conhecem o significado nem a sacralidade da vida doméstica.* Mesmo os abrigos municipais, onde vivem os trabalhadores das melhores classes, são barracões superlotados. Eles não têm vida doméstica. (...)

Surgiu uma nova raça – o povo das ruas. Passam a vida no trabalho e nas ruas. Eles têm tocas e covis para os quais rastejar na hora de dormir, e é tudo. Não se pode ridicularizar uma palavra chamando aquelas tocas e covis de “casas” (LONDON, 2020, p. 293-294, grifos nossos).

Conclusão

O percurso percorrido no artigo serviu para mostrar – esperamos – que a família da classe trabalhadora, via de regra, não atendeu ao modelo do homem provedor/mulher dona de casa em muitos de seus aspectos. É claro que isso não significa dizer que não havia hierarquias quanto às funções desempenhadas entre os gêneros: trabalhadoras estavam submetidas a duplas jornadas de trabalho, e seus próprios relacionamentos e casamentos eram pensados, em parte, a partir da lente das funções específicas que cada um dos componentes do núcleo familiar iria desempenhar com relação ao trabalho manual. Porém, essa configuração é específica e historicamente determinada, vinculada a uma conjuntura e resultado de um longo e contraditório processo de interação entre forças sociais variadas especificamente capitalistas – cujas ações e percursos foram determinados, em última instância, pelo próprio sistema –, não podendo ser lido como apenas mais um capítulo de uma história secular de opressão patriarcal, repaginada em moldes capitalistas a partir do século XIX.

A importância desses debates permanece viva: muitos dos temas debatidos – como a inserção rebaixada de mulheres no mercado de trabalho, ou os limites e contradições de uma masculinidade operária vinculada a saberes de ofício em constante ameaça de desaparecer – continuam vivos, demandando das organizações de esquerda uma solução ao mesmo tempo teórica e política. O artigo pretendeu contribuir para o debate, apesar de se referir a uma temática vista a partir do centro do capitalismo, no caso inglês. Ainda assim, muitas das contradições aqui levantadas se manifestam, mesmo que sob outra roupagem, na realidade brasileira, e cujas soluções também são e serão histórica e socialmente determinadas. Espero ter contribuído com o primeiro passo para o avanço nos debates: o desfazimento de mitos quanto a certos processos sociais no Norte global.

Referências:

ALENCAR, Thiago Romão de; RUAS, Rhaysa. Capitalismo, opressão das mulheres e o modelo do homem provedor: recuperando o debate feminista acerca da revolução industrial inglesa. In: JARDIM, Danielle; VEREZA, Renata (orgs.). **Trabalho e Gênero na História**. São Paulo: Usina Editorial, no prelo.

- ALEXANDER, Sally. Women's Work in Nineteenth Century London: A Study of the Years 1820-50. In: MITCHELL, Juliet; OAKLEY, Ann (orgs.). **The Rights and Wrongs of Women**. Harmondsworth: Penguin Books, 1976.
- AMOS, Valerie; PARMAR, Pratibha. Challenging Imperial Feminism. **Feminist Review**, Londres, n. 17, p. 3-19, Autumn, 1984.
- BARRETT, Michèle; MCINTOSH, Mary. The 'Family Wage': Some Problems for Socialists and Feminists. **Capital & Class**, Londres, n. 4, p. 51-72, 1980.
- BERG, Maxinne. Women's work, mechanization and the early phases of industrialization in England. In: JOYCE, Patrick (org.). **The Historical Meanings of Work**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- BHAVNANI, Kum-Kum; COULSON, Margaret. Transforming Socialist-Feminism: The Challenge of Racism. **Feminist Review**, Londres, n. 23, p. 81-92, Summer, 1986.
- BOSTON, Sarah. **Women Workers and Trade Unions**. Londres: Davis-Poynter, 1980.
- CARBY, Hazel V. White woman listen! Black feminism and the boundaries of sisterhood. In: CENTRE FOR CONTEMPORARY CULTURAL STUDIES (org.). **The Empire Strikes Back: Race and racism in 70s Britain**. Londres: Routledge, 1982.
- CLARK, Anna. **The Struggle for the Breeches: Gender and the Making of the British Working Class**. Califórnia: California University Press, 1997.
- FRASER, Nancy. Crisis of Care? On the Social-Reproductive Contradictions of Contemporary Capitalism. In: BHATTACHARYA, Tithi (org.). **Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentering Oppression**. Londres: Pluto Press, 2017.
- HARTMANN, Heidi. Capitalism, Patriarchy, and Job Segregation by Sex. **Signs**, Londres, v. 1, n. 3, p. 137-169, Spring, 1976.
- HARTMANN, Heidi. The Unhappy Marriage of Marxism and Feminism: Towards a More Progressive Union. In: SARGENT, Lydia (org.). **Women and Revolution: A Discussion of The Unhappy Marriage of Marxism and Feminism**. Montréal: Black Rose Books, 1981.
- HOUSTON, Rab; SNELL, K. D. M. Proto-Industrialization? Cottage Industry, Social Change, and Industrial Revolution. **The Historical Journal**, Cambridge, v. 27, n. 2, p. 473-492, 1984.
- HUMPHRIES, Jane. Class struggle and the persistence of the working-class family. **Cambridge Journal of Economics**, Cambridge, n. 1, p. 241-258, 1977.
- HUMPHRIES, Jane. Protective Legislation, the Capitalist State, and Working Class Men: The Case of the 1842 Mines Regulation Act. **Feminist Review**, Londres, n. 7, p. 1-33, Spring, 1981.
- JONES, Gareth Stedman. **Outcast London: A Study in the Relationship Between Classes in Victorian Society**. Londres: Verso, 2013.
- JORDAN, Ellen. The Exclusion of Women From Industry in Nineteenth-Century Britain. **Comparative Studies in Society and History**, Cambridge, v. 31, n. 2, p. 273-296, Apr., 1989.
- KIRK, Neville. **The Growth of Working-Class Reformism in Mid-Victorian England**. Londres: Croom Helm, 1985.
- KRIEDTE, Peter; MEDICK, Hans; SCHLUMBOHM, Jürgen. **Industrialization before Industrialization**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
- LAND, Hilary. The Family Wage. **Feminist Review**, Cambridge, No. 6 (1980), pp. 55-77.
- LASLETT, Barbara; BRENNER, Johanna. Gender and Social Reproduction: Historical Perspectives. **Annual Review of Sociology**, v. 15, p. 381-404, 1989.

LONDON, Jack. **O Povo do Abismo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Editora Expressão Popular, 2020.

MCCLELLAND, Keith. Some Thoughts on Masculinity and the ‘Representative Artisan’ in Britain, 1850-1880. **Gender & History**, Sheffield, v.1 n.2, p. 164-177, 1989.

MEDICK, Hans. The Proto-Industrial Family Economy: The Structural Function of Household and Family during the Transition from Peasant Society to Industrial Capitalism. **Social History**, Londres, v. 1, n. 3, p. 291-315, 1976.

ROSE, Sonya O. **Limited Livelihoods: Gender and Class in Nineteenth-Century England**. California: University of California Press, 1993.

ROSE, Sonya O. Gender at Work: Sex, Class and Industrial Capitalism. **History Workshop**, Oxford, n. 21, p. 113-31, 1986.

ROSE, Sonya O. Gender Segregation in the Transition to the Factory: The English Hosiery Industry, 1850-1910, **Feminist Studies**, Maryland, v. 13, n. 1, p. 163-84, 1987.

ROSE, Sonya O. Gender Antagonism and Class Conflict: Exclusionary Strategies of Male Trade Unionists in Nineteenth-Century Britain. **Social History**, Londres, v. 13, n. 2, p. 191-208, 1988.

ROSS, Ellen. “Fierce Questions and Taunts”: Married Life in Working-Class London, 1870-1914. **Feminist Studies**, Maryland, v. 8, n. 3, p. 575-602, 1982.

RULE, John. The property of skill in the period of manufacture. In: JOYCE, Patrick (org.). **The Historical Meanings of Work**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

SECCOMBE, Wally. Patriarchy stabilized: the construction of the male breadwinner wage norm in nineteenth-century Britain. **Social History**, Londres, v. 11, n. 1, p. 53-76, 1986.

SEN, Gita. The Sexual Division of Labor and the Working-class Family: Towards a Conceptual Synthesis of Class Relations and the Subordination of Women. **Review of Radical Political Economics**, Nova York, v. 12, p. 76-86, 1980.

TAYLOR, Barbara. “The Men Are as Bad as Their Masters . . .”: Socialism, Feminism, and Sexual Antagonism in the London Tailoring Trade in the Early 1830s. **Feminist Studies**, Maryland, v. 5, n. 1, p. 7-40, 1979.

Notas

¹ Doutor em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF). Professor de História (Secretaria Municipal de Educação - Rio de Janeiro). Pesquisador do Observatório da História da Classe Trabalhadora (UFF). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5487698417588459>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9179-2469>. E-mail: thiagoromaoalencar1505@gmail.com.

¹ A tese Medick se encontra desenvolvida de maneira mais acabada na obra coletiva de Peter Kriedte, Hans Medick e Jürgen Schlumbohm (1981). Aqui, nos restringimos ao artigo individual de Medick (1976) por ser o artigo citado direta ou indiretamente nos debates que analisaremos. Para críticas a essa tese, ver Houston e Snell (1984) e a primeira parte do artigo de Berg (1987).

³ *Trade Union Congress*, a central sindical britânica, fundada sete anos antes.

⁴ Hartmann (1976, p. 138, tradução nossa) define o patriarcado como “um conjunto de relações sociais que tem uma base material e no qual há relações hierárquicas entre os homens e solidariedade entre eles, o que lhes permite controlar as mulheres. O patriarcado é, portanto, o sistema de opressão masculina sobre as mulheres”.

⁵ Sobre essa ideia de propriedade de uma habilidade de ofício específica e seus direitos, como o de garantir a subsistência própria e de seus dependentes e de coordenar os processos de trabalho, ver o artigo clássico de John Rule (1987).

⁶ Robbie Shilliam (2018) aponta como esse debate em torno da independência do trabalhador qualificado – e do trabalhador em geral, quando da reforma da lei dos pobres na década de 1830 – se deu *pari passu* à discussão abolicionista em solo inglês, mostrando como tais concepções de liberdade e respeitabilidade foram elaboradas tendo por contraponto a condição dos negros escravizados. Respeitabilidade, dependência, raça e nacionalidade se constituíram mutuamente aqui, resultando numa visão dos pobres – trabalhadores – “como uma aglomeração racializada e moralmente bifurcada: os pobres mercedores – ingleses; e os pobres não mercedores (por escolha ou imposição) [que recorriam à assistência da Lei dos Pobres reformada], que, se não eram negros, certamente não eram brancos e talvez até tivessem perdido sua filiação inglesa” (SHILLIAM, 2018, p. 32, tradução nossa).

⁷ O debate sobre “respeitabilidade” tem longa tradição nos estudos de história operária britânica, relacionando-se intimamente com a discussão em torno da “aristocracia operária” já mencionada neste artigo. Como explica Rose (1993, p. 15, tradução nossa, grifos nossos), “a masculinidade estava ligada por um sistema complexo de representações ao louvado valor vitoriano da *respeitabilidade*. Ser homem era ser honrado e respeitável, o que significava ser corajoso, forte e independente. Para uma mulher, pelo contrário, ser honrada e respeitável significava ter as virtudes da pureza sexual, domesticidade, e a maternidade”.

⁸ Argumento altamente discutível, como já vimos ao tratar da tese de Medick.

⁹ A partir de 1842, com a Lei das Minas, que proibia o trabalho de mulheres nas minas, tal regulação passou a se dar explicitamente em linhas de gênero. Não por acaso, Humphries (1981) abordou a Lei das Minas em outro artigo na mesma época.

¹⁰ Prova dessa “ansiedade para explorar” a força de trabalho feminina nesse momento é a posição apresentada por diversos mestres de ofício e patrões a respeito da tentativa de exclusão das mulheres de seus ofícios por parte dos artesãos: para os primeiros, haveria uma moralidade a ser observada no fato de as mulheres conseguirem ser empregadas e garantirem seu próprio sustento, sendo antinatural e egoísta proibir essas mulheres (e seus filhos) de contribuírem para um modo de vida mais confortável para sua própria família ao participarem elas próprias do sustento do seu lar. Por fim, argumentavam que era mais correto dar emprego fabril a essas mulheres do que relegá-las a outra opção disponível – a prostituição (*idem*, p. 123) – além de se recusarem a conceder um salário família para os trabalhadores visando compensar a exclusão de suas esposas do ramo (ou seja, um salário-família), sob o argumento de que esses terminariam por gastar todo o dinheiro “em bebidas e apostas” (*idem*, p. 139, tradução nossa). Distantes das noções posteriormente adotadas do modelo do homem-provedor e mais próximos das noções do liberalismo clássico de *laissez-faire* característico do debate inglês da época – chegando a afirmar que a proibição do trabalho de mulheres era uma prática monopólica danosa para a economia e para as liberdades individuais –, tais patrões explicitam, com seus posicionamentos, como tal modelo foi uma construção social e ideológica com uma história própria, não imediatamente relacionada à eclosão da Revolução Industrial.

¹¹ Lembramos que as duas principais organizações nacionais da classe trabalhadora inglesa surgiram mais tarde: o TUC seria fundado apenas em 1868, e o Partido Trabalhista, em 1900.

¹² Os três setores que mais empregavam mulheres (serviço doméstico, vestidos e fábricas têxteis) estagnaram entre 1851 e 1911, de acordo com os censos disponíveis do período. Em contrapartida, dos quatro setores que mais se expandiram no mesmo período (transporte, minas, metais pesados e alimentação e hospedagem), os três primeiros possuíam força de trabalho masculina em sua quase totalidade (JORDAN, 1989, p. 280).

¹³ Aqueles pertencentes ao que se convencionou chamar de “aristocracia do trabalho”, oriundos dos ramos artesanais tradicionais. Apesar dos debates ocorridos a respeito do termo quanto à sua viabilidade e aplicabilidade, optamos por manter o termo, para fins didáticos.

¹⁴ Este trabalhador, em geral, era um indivíduo que podia “conseguir um bom trabalho e uma boa remuneração durante todo o ano, tem uma casa confortável, economiza dinheiro, se prepara para tempos difíceis por meio de suas associações profissionais e clubes de benefícios [...] e, no geral, é uma pessoa que deve ser mais invejada do que lamentada” (citado por MCCLELLAND, 1989, p. 164, tradução nossa); um trabalhador que, ao fim de seu dia de trabalho, “volta para casa; toma chá, talvez brinque um pouco com seus filhos, conversa um pouco com sua esposa e depois começa a cochilar em frente à lareira” (*idem*, p. 173, tradução nossa). Comparar essa descrição com a descrição de Jack London a respeito das habitações no East End londrino, citada mais à frente.

¹⁵ Alexander (1976, p. 63) argumenta que o motivo da ausência desses trabalhos nas estatísticas oficiais relacionava-se à adequação destes ao ideal de domesticidade característico da era vitoriana.

¹⁶ A omissão da raça nesse artigo é representativa da omissão da raça nos próprios escritos das intelectuais aqui discutidas, e foi devidamente apontada já na época por intelectuais não-brancas atuantes no Reino Unido, como Hazel Carby (1982), Valerie Amos e Pratibha Parmar (1984), Amina Mama (1984) e Kum-Kum Bhavnani e Margaret Coulson (1986). Em comum, essas autoras, apesar de não se referirem diretamente ao debate do trabalho feminino na Revolução Industrial – tema deste artigo –, se preocuparam em problematizar as categorias centrais da argumentação das feministas aqui debatidas, apontando o universalismo branco colonizador contido no debate, em parte herança do assim chamado “feminismo imperial” do século XIX. Como lembraram na época Amos e Parmar (1984, p. 6, tradução nossa), “o movimento pela emancipação feminina na Grã-Bretanha estava intimamente ligado a teorias de superioridade racial e ao Império”. Dessa maneira, a omissão/invisibilização da raça influenciou diretamente nas problemáticas abordadas por esse feminismo e nas categorias utilizadas, o que explicaria em parte a insistência no debate do modelo do homem provedor – realidade fora do horizonte de um número não-desprezível de famílias não-brancas que viviam na Inglaterra nessa época. Concordamos com Carby (1982, p. 212, tradução nossa) quando esta, esboçando uma abordagem interseccional, e referindo-se principalmente à abordagem dualista, diz que “ao argumentar que a maior parte da teoria feminista contemporânea não consegue dar conta adequadamente da experiência das mulheres negras, também temos de reconhecer que não se trata de uma simples questão de ausência das mulheres negras e que, conseqüentemente, a tarefa não é dar visibilidade a elas. Pelo contrário, teremos de argumentar que o processo de levar em conta sua posição histórica e contemporânea desafia, por si só, o uso de algumas das categorias e suposições centrais do pensamento feminista dominante atual. Não podemos atribuir a nossa opressão a uma única fonte. Quando as feministas brancas enfatizam apenas o patriarcado, queremos redefinir o termo e torná-lo um conceito mais complexo. O racismo garante que os homens negros não tenham as mesmas relações com as hierarquias patriarcais/capitalistas que os homens brancos”. Pretendemos posteriormente abordar o trabalho das feministas não-brancas em outro artigo, haja vista a importância e a complexidade das questões abordadas por elas e que, por falta de espaço e por elas não tratarem exatamente da temática da Revolução Industrial, não receberiam a devida atenção no presente artigo.

¹⁷ O feminismo negro foi responsável por contestar as categorias centrais da argumentação das feministas aqui debatidas, ressaltando o universalismo branco colonizador contido em seu discurso. São duas as críticas principais dessas autoras com relação aos limites do debate feminista referente à Revolução Industrial: a) a maneira como a branquitude influenciou decisivamente as construções de gênero do período vitoriano; e b) os limites do modelo do homem provedor quando aplicado às famílias não-brancas. Mais recentemente, a perspectiva crítica da colonialidade reiterou os limites e contradições das análises indiferentes à raça dos processos ocorridos no Norte global. Para um trabalho que traz um panorama geral dos principais argumentos referentes à Revolução Industrial apresentados por essas tradições, ver Alencar e Ruas (no prelo).

Recebido em: 14 de fev. 2024

Aprovado em: 13 de dez. 2024